

Imprensa

A Guerra nos Media

Diogo Pires Aurélio

O papel dos órgãos de informação nos conflitos político-militares tem vindo a ser discutido desde, pelo menos, a II Guerra Mundial. Orientando as opiniões e alimentando as motivações do público, aquilo que vem nos jornais ou passa na rádio e na televisão tornou-se um elemento decisivo nos estudos de estratégia e, conseqüentemente, um desafio para os responsáveis políticos. Percebe-se, assim, a importância que, desde o primeiro instante, adquiriu no debate sobre a crise actual a chamada "frente mediática", de acordo com a designação utilizada, há já vários anos, por Paul Virilio.

Embora já antigo, este debate apresenta agora alguns aspectos inéditos. Em primeiro lugar, ele iniciou-se praticamente ao mesmo tempo do deflagrar do conflito. Depois de uma década em que se havia discutido até à exaustão as ciladas de que a informação foi vítima em algumas das mais recentes crises - Bucarest e a morte de Ceasescu, a guerra do Golfo e os bombardeamentos «cirúrgicos» - não foi sem algumas reservas que as elites assistiram aos apelos ao patriotismo dos jornalistas por parte de alguns responsáveis americanos, à proibição de filmar em pormenor os destroços do World Trade Center e à tentativa de impedir a divulgação das entrevistas de Ben Laden.

Em segundo lugar, o recurso aos «efeitos mediáticos» havia sido antecipado pelos adversários dos Estados Unidos, através dos próprios atentados, os quais constituíram, entre outras coisas, a mais espectacular tentativa para persuadir o mundo islâmico da fragilidade da chamada potência hegemónica e dos apoiantes de Israel. Tal como veio, entretanto, a verificar-se, os talibãs pouca ou nenhuma resistência militar ofereceram. Porém, na hora imediata a seguir ao início da ofensiva da coligação internacional, Ben Laden apareceu a falar nas televisões de todo o mundo.

Em terceiro e último lugar, a batalha da informação é agora uma luta sem fronteiras definidas. Durante a guerra fria, cada um dos blocos impunha a sua versão dos acontecimentos sobre o respectivo território e conseguia, em boa parte, repelir daí a interpretação feita pelo adversário. Na actual crise, a aviação americana evitou as câmaras

da CNN mas não impediu que imagens dos bombardeamentos circulassem em todo o mundo via Al-Jazira.

Estamos, portanto, confrontados com uma situação em que a necessidade tradicional, reforçada a cada novo conflito, de conquistar as opiniões públicas se defronta, já com a atitude de reserva dos meios de comunicação face às narrativas oficiais e às imagens manipuladas, já com as interferências do adversário que as novas tecnologias vieram facilitar. Persuadir para manter e alargar os apoios continua a ser, como sempre foi, decisivo. Deixou, no entanto, de poder resumir-se a «limitar o acesso dos *media* aos teatros de operações, censurar a informação susceptível de inquietar o público e afastar os jornalistas que não estejam dispostos a escrever artigos favoráveis», como recomendava, em 1982, um manual do Naval War College[1] e como pareciam sugerir, já durante a actual crise, várias directivas da administração americana.

É neste novo contexto comunicacional, relativamente distante daquele que se nos deparava há ainda uma década, que convirá analisar-se a atitude dos órgãos de informação portugueses. Em vários aspectos ela é, de resto, uma consequência directa desse mesmo contexto, assemelhando-se, por isso, à que se verifica em outros países, na maior parte da Comunicação Social. Assim, por exemplo, a escassez de informações foi manifestada desde a primeira hora, em grande parte devido à estratégia seguida pelos responsáveis norte-americanos, claramente distinta da que fora adoptada aquando da guerra do Golfo. Nunca se soube muito bem o que aconteceu ao quarto avião, não se viram cadáveres nos escombros das torres, não se viram bombardeamentos a não ser os que a Al-Jazira difunde, não se sabe quando foram tropas ocidentais para o Afeganistão, onde andam ao certo, o que fazem ou qual o seu número. Por outro lado, as informações oficiais são agora alvo de muito mais desconfiança, provocando um maior cuidado dos jornalistas na identificação das fontes e a explicitação das reservas que cada uma destas suscita e que deverá ser tida em conta para uma correcta interpretação das mensagens que circulam, tanto podendo ser informação como contra-informação.

Sob este aspecto, o tom que predomina tem sido, por toda a parte, o da interrogação, do questionamento, do «consta que...». A par, no entanto, desse generalizado reflexo de desconfiança de parte de uma Comunicação Social que tinha passado a década de 90 a lamber as feridas com que saiu dos últimos conflitos internacionais, a discussão em torno da reacção americana foi acesa. Em praticamente todos os jornais, os editorialistas e os colaboradores tomaram partido, ora criticando a decisão de bombardear o Afeganistão,

ora, mais frequentemente, apoiando essa decisão. Já antes, aliás, de começarem os bombardeamentos, a polémica havia estalado entre os que, sintonizando com a Casa Branca, entendiam que os atentados justificavam uma retaliação sem hesitações e, por outro lado, aqueles que, denunciando o alegado belicismo dos primeiros, entendiam ser necessário repensar as causas profundas que estariam por detrás dos atentados, devendo actuar-se nessa esfera em vez de desencadear uma guerra sem objectivos muito bem determinados, sem fim à vista e que iria fazer vítimas inocentes. Esta polémica viria depois a prolongar-se numa outra a propósito das iniciativas de Tony Blair, que a maioria dos comentadores interpretou como um esboço do chamado «directório» das grandes potências europeias, em detrimento de Estados como Portugal, membros da União Europeia secundarizados pelas reuniões entre a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha.

Centrado quase exclusivamente no aspecto político, o debate travado em Portugal revelou: a) escasso ou remoto conhecimento do mundo islâmico; b) pouco interesse pelos dados conjunturais e estruturais que são específicos na actual crise e que impedem a sua efectiva compreensão no interior do quadro geo-estratégico tradicional; sobrevalorização das manifestações pro-talibãs, único material televisivo de que se dispunha durante várias semanas, mas que transmitiu à opinião pública a ideia de uma homogeneidade política dos muçulmanos contra os Estados Unidos; tendência para diluir a questão concreta dos atentados terroristas e da resposta do mundo ocidental numa galáxia onde cabem todos os problemas do mundo.

Apesar destas limitações, que julgo serem de sublinhar, deve, todavia, notar-se que a Comunicação Social percebeu, desde o primeiro momento, a importância do que estava em jogo e projectou esta matéria para o primeiro plano, tanto dos *media* como da agenda política, mesmo quando alguns líderes de opinião observaram que a guerra estaria a retirar importância à política e que se discutia o Afeganistão para fugir aos problemas domésticos. Além dessa percepção, comum aos principais jornais, rádios e televisões, é igualmente digno de nota o pluralismo que imperou, com um leque de matizes ideológicas porventura tanto ou mais amplo do que na maioria dos países europeus, e que tem ocasionado um dos debates mais vivos e participados da opinião pública portuguesa, ao mesmo tempo que revela o seu razoável amadurecimento em termos de expressão democrática.

Uma tal pluralidade de opiniões não se confunde com a diversidade de registos em que o conflito tem sido noticiado e comentado. Esta última, com efeito, depende muito mais de

opções empresariais ou de marketing, traduzidas em modelos estéticos, do que propriamente das opções ideológicas que estão subjacentes à primeira. Isto é nítido se repararmos no acompanhamento da situação feito pelos dois principais diários de referência nacionais. De um lado, o *Público*, fiel à sua linha gráfica e a uma filosofia de comunicação que cultiva o distanciamento e a sobriedade, tem feito uma cobertura em que o tom reflexivo se impõe e em que as tomadas de posição dos textos opinativos são como que vigiadas e atenuadas pelo contexto global. Em contrapartida, o *Diário de Notícias*, que optou nos últimos anos por um estilo em que desaparecem os meios tons e a complexidade para dar lugar a enunciados e imagens fortes, preferencialmente de teor dramático, o conflito apareceu desde a primeira hora com uma carga emotiva e num tom que parecia abafar qualquer dúvida.

Assim, enquanto o *Público* fazia a manchete do dia 12 com a frase «O atentado que mudou o mundo», encimando uma primeira página toda ela ocupada com uma fotografia dos atentados, o *DN* usava também uma fotografia do acontecimento, mas encimada por uma única palavra: «Guerra». Sintomaticamente, enquanto o *DN* escolheu uma foto onde tudo aparecia ainda com nitidez, o *Público* preferiu um momento em que o fumo e o negro já se impunham, desfocando as torres. Dia 13, o contraste repetia-se. O *Público* continuou a legendar os acontecimentos de uma forma descritiva, sem os “ler”, enquanto o *DN* continuou a apresentá-los sob uma grelha interpretativa onde não se escondia o partido tomado pelo jornal. O *Público* punha em manchete «O dia seguinte»; o *DN* preferia dizer logo «Contra-ataque global».

Se virmos, depois, os jornais do dia 14, quando os EUA já tinham apontado o nome do seu adversário, o contraste que vimos referindo aparece ainda com maior nitidez. Título de primeira página do *Público*: «EUA confirmam Ben Laden como suspeito número um». Título do *DN*: «Caça ao homem». Poderíamos fazer o mesmo exercício em relação às imagens que fizeram as primeiras páginas de ambos os jornais, mas julgamos que os exemplos apontados são suficientes para se perceber como as opções editoriais e gráficas se traduzem em leituras da guerra que o grande público é frequentemente levado a imputar a opções ideológicas. Não por acaso, a provedora dos leitores do *DN* referia, em crónica do dia 24 de Setembro, que «alguns leitores não apreciaram o que consideraram de “belicismo” de alguns títulos, enquanto outros criticam opiniões expressas em alguns editoriais e em textos de especialistas». Ora, se virmos as tomadas de posição expressas em ambos os jornais, as diferenças não são por aí além.

Em ambos aparecem comentadores com opções ideológicas e com interpretações do conflito bastante extremadas; em ambos também os editoriais, revelando embora *nuances* de natureza cultural e estilística, têm sido de claro apoio à iniciativa militar liderada pelos EUA. Manifestamente, as leituras de acontecimentos como estes já não estão condicionadas apenas pelas opções políticas e pelas categorias culturais das elites, estão também ou sobretudo condicionadas por enquadramentos que só se compreendem se atendermos ao fenómeno da comunicação e à forma como ele se molda às leis do mercado.

[1] Citado em Richard Reeves, «Porte-voix de l'armée», *The Denver Post / Le Courier international*, nº574, 31 Oct. - 7 Nov., 2001, p. 16.